

Artigo

Micropolíticas no Campeche: entre diagramas cristalizados, planejamento urbano e produção de desejos

Maria Helena Lenzi
UFSC

Valéria Cazetta
EACH-USP

p. 601-618

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 21 • nº 2 (2017)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

LENZI, M. H.; CAZETTA, V. Micropolíticas no Campeche: entre diagramas cristalizados, planejamento urbano e produção de desejos. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 601-618, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/124339>>. doi: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.124339.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Micropolíticas no Campeche: entre diagramas cristalizados,¹ planejamento urbano e produção de desejos

Resumo

Neste texto, analisamos movimentos micropolíticos de uma parcela da população residente no balneário do Campeche, em Florianópolis-SC, que, de forma organizada e conjunta, questionou o modelo de desenvolvimento econômico e urbano proposto pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF). Estudamos movimentos de contraposição a ideias, planos e ações que pretendiam transformar o Campeche num espaço modulado a partir de modelos internacionais, sem nenhuma relação com as geografias do balneário. Para tanto, recorreremos a uma análise da formação dos desejos, também entendida como análise micropolítica, por meio da fala de moradores(as) do Campeche e de narrativas construídas pelo órgão do poder público municipal responsável pelo planejamento urbano.

Palavras-chaves: Micropolítica. Planejamento urbano. Produção de desejos. Campeche. Florianópolis-SC.

Micropolitics in Campeche: between crystallized diagrams, urban planning and production of desires

Abstract

In this text, we analyse micropolitical actions carried out by a portion of the population resident in Campeche Beach in Florianópolis (SC), which organized and jointly questioned the economic and urban development model proposed by the Urban Planning Institute of Florianópolis (IpuF). We approach the contrasts of ideas, plans and actions (intended to transform Campeche in a modulated space based on international models, without any relation to the beach's geographical structure), realized in the speeches of Campeche residents and the narratives

1 Usamos essa noção de Kazi (2016, p. 126) que, ancorado na obra de Foucault, afirma: “cada instituição, diferencialmente, realiza o mesmo objetivo estratégico da hegemonia que vai desde ‘a disciplinarização do corpo como corpo submetido’ (Foucault, 1984), ‘estabilização do instável’, ‘imobilização do que está mobilizado’, ‘suplício sobre o anormal’, ‘exemplificação sobre o considerado improdutivo’, à desapareição e tortura do ‘subversivo’”. Nesse sentido, “podemos visualizar as instituições que especificamente implementam esses procedimentos nos seus diagramas cristalizados: fábrica, exército, igreja, prisão, hospitais e escolas” (Kazi, 2016, p. 126).

built by the municipal authorities responsible for urban planning. We approach them based on an analytics of desire formation, also understood as a micropolitical analysis.

Keywords: Micropolitics. Urban planning. Production of desires. Campeche. Florianópolis-SC.

Introdução: a produção de desejos e as resistências micropolíticas

A construção da paisagem do Campeche, um balneário localizado no sul da Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis,² é analisada neste texto como um movimento de resistência micropolítica levado a cabo por uma parcela da população residente que, de forma organizada e conjunta, questionou o modelo de desenvolvimento econômico e urbano presente no projeto elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF), órgão da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

Partindo, portanto, do objetivo de analisar a construção dessa paisagem, abordamos um acontecimento de contraposição a ideias, planos e ações que pretendiam transformar um espaço a partir de modelos internacionais sem qualquer relação com o que ali existia. A contestação do discurso oficial evitou não apenas que se reproduzissem, no local, ideias a respeito de formas e relações espaciais, mas também a transformação dessas ideias em materialidade.

Os acontecimentos do Campeche aqui explorados são fruto de um agenciamento de seus/suas moradores(as), objetivando compor outro modo de viver o bairro que não aquele dos padrões ditados pela voracidade capitalística do mercado imobiliário. Empregamos o sufixo “ística” a “capitalista”, de acordo com Guattari e Rolnik (2013), para designar tanto as sociedades ditas capitalistas como aquelas do capitalismo periférico e das economias socialistas dos países do Leste, que, segundo o autor e a autora, “vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo”, afinal, “tais sociedades [...] funcionariam com uma mesma política do desejo no campo social, em outras palavras, com um mesmo modo de produção da subjetividade e da relação com o outro” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 413). Guattari e Rolnik (2013) preferem falar em subjetivação, produção de subjetividade, ao invés de ideologia, porque para eles esta noção:

Não nos permite compreender essa função literalmente produtiva da subjetividade. A ideologia permanece na esfera da representação, quando a produção essencial do CMI³ não é apenas a da representação, mas a de uma modelização

2 O distrito do Campeche, formado pelos balneários do Campeche e do Morro das Pedras e pela localidade do rio Tavares, conta com uma população de 30.028 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010. O balneário do Campeche é predominantemente de habitações unifamiliares de classe média e alta. No entanto, ainda há pequenas propriedades rurais com criação de animais e produção agrícola de pequena escala. A ocupação desse balneário começa a aumentar com a pavimentação de sua avenida principal, a Pequeno Príncipe, na década de 1980.

3 Capitalismo Mundial Integrado (CMI) é o nome alternativo atribuído por Guattari, nos anos 1960, à “globalização” – termo genérico, velando o sentido econômico, capitalista e neoliberal da mundialização do capital que se instalava. Para ele e para Rolnik, “o capitalismo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético,

que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários etc. (Guattari; Rolnik, 2013, p. 36).

Importante destacar o primado da subjetividade nesta pesquisa, noção já amplamente discutida e problematizada no escopo dos paradigmas das ciências humanas (Miranda, 2005), afinal, o referido termo é “empregado ora para qualificar [...], ora para desqualificar uma escolha ou ponto de vista” (Soares; Miranda, 2009, p. 409). Por que tal noção nos interessa aqui? Em *O que é a subjetividade*, Sartre (2015) apresenta-a como central para se compreender as relações entre objetividade e subjetividade, na efetivação do modo de produção capitalista. Segundo o filósofo, algumas análises marxistas empreendidas padeceram deste mal: desprezar esta noção que está completamente implicada na fetichização das mercadorias. Em *Signos, máquinas, subjetividades*, o sociólogo italiano Maurizio Lazzarato (2014, p. 27) afirma que Guattari e Deleuze operaram de modo brilhante com “as descobertas de Marx e da economia política clássica”, a saber, “a produção de riqueza depende da atividade subjetiva abstrata, não qualificada, embora seja irreduzível ao domínio da representação política ou linguageira”. Ou seja, há de se produzir uma equivalência entre a economia política e a economia subjetiva e, nesse sentido, o espaço deixa de ser compreendido como uma noção que o vincula única e exclusivamente aquilo que é da ordem da base material dos territórios e da produção das ditas paisagens geográficas. A economia política e a economia subjetiva são produzidas e efetivadas conectadas, completamente, uma a outra. Não há produção de desejo que esteja desvinculada de um conjunto imagético para ficcionar⁴ a concretude de nossos modos de vida, de nossas geografias.

Para compreender a construção dessa paisagem e a produção de uma subjetividade de Florianópolis como cidade turística, como procedimentos metodológicos, recorreremos a narrativas do Ipuf e de grupos de moradores(as) participantes dos movimentos sociais no Campeche, buscando mostrar em que se baseiam os desejos, as ideias e as propostas de urbanização do poder público, assim como os problemas, questionamentos e contraposições levantados por esses(as) moradores(as).

A noção de desejo aqui empregada se deu no sentido de qualificar “todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 261). E, nesse sentido, o desejo “enquanto formação coletiva [...] permeia o campo social, tanto em práticas imediatas quanto em projetos muito ambiciosos” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 260).

Para tanto, recorreremos a uma analítica das formações do desejo referente ao planejamento urbano do balneário do Campeche, também entendida como a questão micropolítica, pois tanto nas falas de moradores(as) do Campeche quanto nas narrativas construídas pelo

a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade, nenhum setor de produção fique de fora de seu controle” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 411).

4 Empregamos a noção de ficção no sentido atribuído por Michel Foucault, que, ao ser questionado por Lucette Finas, em 1977, para *La Quinzaine Littéraire* afirma: “Quanto ao problema da ficção, ele é para mim um problema muito importante; eu me dou conta claramente que nunca escrevi nada senão ficções. Eu não quero dizer por isso que estas estejam fora da verdade. Parece-me que é possível aí fazer trabalhar a ficção na verdade, induzir efeitos de verdade com um discurso de ficção, e de fazê-lo de tal forma que o discurso de verdade suscite, fabrique qualquer coisa que não existe ainda, e assim ‘ficcione’” (Araújo, 2011, p. 58) (Para maiores detalhes, ver Araújo [2011]).

Ipuf, elementos da economia subjetiva e da economia política foram evidenciados, ou seja, no Capitalismo Mundial Integrado (CMI) ou globalização, a produção de bens materiais precisa equivaler-se à produção de subjetividades capitalísticas ou “modelizações dominantes”, cuja equivalência apenas reproduz o “desejo e o desejo de reproduzir” (Kazi, 2016, p. 125). Essa noção de desejo é utópica e anárquica dentro dessa modelização dominante ou subjetividade capitalística, porque dentro desse sistema castrador e culpabilizador de desejos, tem-se como axioma de base “[...] que o desejo só poderia estar radicalmente cortado da realidade e que haveria sempre uma escolha inevitável entre um princípio de prazer, um princípio de desejo, de um lado, e de outro, um princípio de realidade, um princípio de eficiência no real” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 261). É como se o desejo fosse exclusivamente uma dimensão subjetiva, instintiva, indisciplinada e heterogênea em relação às práticas sociais. No entanto, Guattari e Rolnik (2013, p. 261) defendem que em qualquer dimensão que se considere o desejo, ele “[...] é sempre o modo de produção de algo [...], o modo de construção de algo”.

Dessa maneira, “a questão consiste em saber se não há outra maneira de ver e praticar as coisas, se não há meios de fabricar outras realidades, outros referenciais” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 261) que não tenham como corolário a atuação redutora dos modos de vida, afinal, não podemos nos esquecer que as visibilidades e as dizibilidades constroem-se:

Na articulação das práticas discursivas e não discursivas no processo de pensar e produzir o espaço. Enquanto as visibilidades são formas de ver e de fazer ver, as dizibilidades são formas de falar e de fazer falar [...] pelas quais conceitos, valores e ideais tomam corpo (Lenzi, 2016, p. 70).

Do que se trata, então, a questão micropolítica? E por que ela nos contaminou, enquanto proposta de análise, para compreender a construção da paisagem do Campeche? Porque “as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 149), o que nos obrigou a mudar de lógica, porque costumeiramente nossas análises são maniqueístas e sempre buscam algo que nos salve dos diagramas cristalizados das instituições, nas quais estamos inseridos(as).

A micropolítica refere-se à “questão de uma analítica das formações do desejo no campo social”, isto é, “diz respeito ao modo como o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de ‘molar’) se cruza com aquele que chamei de ‘molecular’” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 149).

O “molar” refere-se, então, ao “nível da política de constituição das grandes identidades” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 150) e o “molecular” trata-se de algo processual, constituído na intensidade dos instantes das microrrelações. Mas Guattari e Rolnik (2013) advertem que essa oposição pode se constituir numa armadilha e, nesse sentido, ela deve ser cruzada com outra: micro e macro. “As duas são diferentes. O molecular, como processo, pode nascer no macro. O molar pode se instaurar no micro” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 150).

O conceito de micropolítica não apresenta um sentido autoevidente, conforme alerta Ferreira Neto (2015) e, ademais, está para além dos binarismos, pois como afirmou Suely Rolnik (2016) em uma entrevista intitulada “A hora da micropolítica”: está em movência na sociedade brasileira um novo tipo de ativismo, que ruma para uma micropolítica ativa “e que se caracteriza precisamente pela invenção de múltiplas formas de ação micropolítica em seu

sentido ativo” (Rolnik, 2016, p. 3). Segundo ela, talvez aqui resida a resistência micropolítica, pois esta invenção “talvez já não caiba no imaginário das esquerdas, sobretudo em sua versão partidária e sindical, e menos ainda no binômio esquerda x direita” (Rolnik, 2016, p. 3). Essa resistência micropolítica se dá no cruzamento dos desejos molares e moleculares.

Este texto é resultado de um processo de ressignificação e releitura dos acontecimentos do Campeche. O texto base compunha a tese de doutorado de uma das autoras que, a partir da arguição de um dos membros de sua banca de defesa, resolveu encarar suas sugestões e propor uma parceria com a mesma para reescrever uma parte específica do texto da tese. Daí o caráter ensaístico deste texto, fruto de encontros presenciais e conversações/reflexões realizadas por *e-mail*, alinhavado por um interesse comum de ambas as autoras: compreender a micropolítica menos como um procedimento de pesquisa e mais como um modo de vida ou “modos de ativar uma inteligência coletiva, modos de cuidar de certa atmosfera, de inventar uma ‘comunicação’ com o entorno. São invenções de sociabilidade e também de afetividade” (Pelbart, 2015, p. 11).

Os planos, as resistências e a micropolítica

Os projetos de desenvolvimento urbano e econômico da cidade de Florianópolis, dados do início da década de 1970, já consideravam transformar a planície do Campeche em um Setor Oceânico-Turístico, com grande adensamento populacional e obras de infraestrutura urbana, sobretudo viárias.

Para Rizzo (2013), é desse contexto que datam os “ideais de exagero” presentes desde então em Florianópolis, visando transformá-la em uma metrópole por meio de obras gigantescas e almejando multiplicar a população da cidade. Esses projetos para a planície do Campeche, portanto, estão plenos desses ideais, compreendidos aqui como desejos molares, e guiam a elaboração dos planos de urbanização, planos estes também atravessados e constituídos por desejos moleculares.

Os projetos da década de 1970, que se organizavam em torno da região metropolitana, não se concretizaram, e o Campeche volta a compor projetos de expansão urbana já no final da década de 1980, quando, por meio da Constituição de 1988, aos municípios é outorgada a responsabilidade pelo planejamento urbano, bem como a atração de capitais e investimentos, dando início àquilo que se costuma denominar “guerra dos lugares”.

Como expõem Vainer (2000), Maricato (2000), Sánchez (2003), Compans (2005), Rizzo (2005), entre outros(as), a competitividade entre as cidades, sobretudo a partir da década de 1990, acaba se tornando paradigmática no que diz respeito ao planejamento urbano, fazendo com que as cidades busquem destaque internacional. Florianópolis, sem fugir ao modelo, procura inserir-se nessa disputa por meio de transformações na planície do Campeche que, até então, apresentava características semiurbanas e semirurais (Rizzo, 2013).

O projeto oficial era transformar aquela região da Ilha, dotando-a de um ar internacional e propício para receber investimentos nacionais e estrangeiros voltados, sobretudo, às empresas de alta tecnologia e ao mercado turístico-imobiliário, designadas como “vocações” ou tripés do lugar (Ipuf, 1996). Partindo de dois modelos internacionais de bairros autônomos da cidade de Milton Keynes, na Inglaterra, e da tecnópolis de Tsukuba, no Japão, inventou-se

a *Cidade Nova do Campeche*, também denominada a *Tecnópolis do Campeche* (Daniel, 2015;⁵ Rizzo, 2013; Tavares, 2015;⁶ Tirelli; Burgos; Barbosa, 2007).

Com uma previsão de 450 mil habitantes, a expectativa era de gerar mais de 20 mil empregos com a implantação do Parque Tecnológico do Campeche, além dos postos de trabalho que viriam com os hotéis, pousadas, campos de golfe, autódromos e outros equipamentos voltados a um turismo para pessoas de alto poder aquisitivo. Imaginava-se, de fato, a construção de uma nova cidade, inclusive porque, no início da década de 1990, de quando data esse projeto, o município contava com uma população de 255.390 habitantes.⁷ Ademais, nesse momento, como se pode perceber pela Figura 1, já havia no Campeche, apesar de pouco povoado, um desenho de seus próprios caminhos, ruas e formas de ocupação que, em nada, mostravam-se compatíveis aos propósitos do plano diretor do Ipu.

Figura 1 – Fotografia aérea vertical do Campeche, 1994



fonte: Geoprocessamento Corporativo da PMF.

5 Informação verbal concedida em entrevista em 11 de setembro de 2015.

6 Informação verbal concedida em entrevista em 9 de setembro de 2015.

7 É tamanha a megalomania do projeto, em termos populacionais, que só em 2014 passa-se a estimar a população do município de Florianópolis em mais de 450 mil habitantes (IBGE, [s.d.]).

Os desejos de urbanistas e planejadores(as) do IpuF mostraram-se por meio de um plano diretor que privilegiava o sistema viário de largas avenidas, dois parques tecnológicos, exploração do mercado turístico e imobiliário de alto padrão, um campus da Universidade Federal, um aeroporto, um autódromo internacional e um campo de golfe. Segundo Rizzo (2005, p. 63), o objetivo do plano do IpuF era “[...] construir uma cidade com padrões de primeiro mundo dentro do município de Florianópolis e com relativa autonomia em relação ao centro da capital”.

Segundo o relato do morador Lázaro Daniel (informação verbal), a prática da Prefeitura, sobretudo no que diz respeito ao planejamento urbano, portanto, ao IpuF, era a seguinte: “[...] eles faziam o plano e eles mesmos é que passavam, olhavam e preparavam o projeto. Depois, para dizer que tinha a participação da comunidade, eles vinham com o projeto pronto tentar enfiar goela a baixo”. Excerto que evidencia como processos moleculares podem nascer em contextos molares da macropolítica do IpuF, conforme apontado na Introdução, permitindo-nos afirmar que esses movimentos de resistência são, simultaneamente, molares e moleculares. Toda sociedade e todas as pessoas

[...] são pois atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não tem os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra [...] Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica. (Deleuze; Guattari, 2012, p. 99).

Necessariamente, “toda tentativa de controle social, através da produção da subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente que eu chamaria de ‘revolução molecular’” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 54), de maneira que o que pode caracterizar os movimentos sociais “não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetivação, mas também a tentativa de produzir modos de subjetivação originais e singulares, processos de singularização subjetiva” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 54). A ideia de revolução molecular refere-se aos níveis infrapessoais (aquilo que está em jogo no ato criativo), pessoais (ou o Superego) e interpessoais (invenção de novas sociabilidades seja na vida doméstica, seja na vida amorosa, profissional ou nas relações com os vizinhos etc.) (Guattari; Rolnik, 2013).

Segundo relatou Daniel (informação verbal), a população do Campeche envolvida nesse processo não aceitou a imposição desse projeto que, além de ter sido elaborado sem a participação popular, acarretaria mudanças que iam de encontro aos seus desejos. Em outubro de 1989, segundo Daniel (informação verbal), o IpuF chama a Associação de Moradores do Campeche (Amocam) para apresentar o plano e, após um intenso debate, no qual os(as) moradores(as) presentes se contrapõem ao projeto oficial, os(as) funcionários(as) do IpuF declaram que nunca mais voltariam ao Campeche. De 1989, portanto, data o início da tensão entre os interesses do IpuF e os interesses dos(as) habitantes organizados(as) em torno da Amocam. A partir desse contexto, segue-se um caminho que ainda está sendo percorrido.

Com base nos modelos elencados, e apesar do descontentamento da Amocam e de demais moradores(as), o IpuF inicia a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Campeche sem qualquer tipo de diálogo.

Nesse intuito, em 1992, a Câmara Municipal aprova o Plano de Urbanização Específica do Parque Tecnológico do Campeche. Como expõe Rizzo (2013), esse plano foi feito sem diagnóstico da área e ignorando o diagnóstico já existente do PD dos Balneários, de 1984. O diagnóstico do novo plano só viria a ser apresentado em 1997, por pressão dos movimentos sociais organizados no Campeche.

Conjuntamente à tecnópolis, o turismo era a base para a transformação da região, pois por meio deles pretendia-se dar autonomia econômica a essa parte da cidade. Rizzo (2013) também considera que o uso da linguagem dos(as) planejadores(as) do IpuF levava à conclusão de que turismo e tecnologia seriam “vocações” ou partes de uma evolução histórica da cidade. Uma das estratégias políticas do discurso do planejamento tem sido mostrar que os elementos que compõem os planos não são escolhas embasadas em interesses políticos e econômicos, mas fatos naturais e até visíveis na paisagem urbana. Assim, os textos exploram a naturalização do espaço de Florianópolis, nesse caso, do Campeche, como ideal para desempenhar modelos trazidos de experiências inglesas e japonesas, às quais se acrescentaria o turismo, historicamente construído como vocação da Ilha de Santa Catarina (Lenzi, 2016).

Em 1993, o novo prefeito reabre as discussões entre poder público municipal e moradores(as) do Campeche. Apesar disso, segundo Daniel (informação verbal), já havia “[...] uma briga muito grande, porque o IpuF achava que, primeiro, nós éramos ‘do contra’; segundo, [eles alegavam que] nós só contestávamos e não tínhamos proposta e só eles é que entendiam”. Daniel lembra que houve, aproximadamente, cinco reuniões entre o IpuF e moradores(as), mas sem qualquer consenso. Em 1995, o plano é reeditado sem considerar as propostas debatidas, o que propiciou uma manifestação da população local que impediu que o plano chegasse à Câmara Municipal (Tirelli; Burgos; Barbosa, 2007).

Segundo Tirelli, Burgos e Barbosa (2007, p. 19-20), esse plano foi fragmentado e, por meio de alterações pontuais de zoneamento, foi aprovado aos poucos e não na forma de um único plano, transformando:

[...] Áreas Verdes de Lazer (AVL), Áreas de Preservação Limitada (APL) e Áreas de Preservação Permanente – Ambientais e Históricas – em Áreas Turísticas Residenciais (ATR) sem qualquer planejamento ou infraestrutura, apenas para satisfazer certos interesses econômicos de parceiros políticos ou eleitores poderosos.

Mais uma vez ocorre a troca do poder executivo municipal e o Plano Diretor do Campeche é encaminhado novamente à Câmara, interrompendo-se qualquer possibilidade de diálogo. Pretendia-se impor um modelo hegemônico de espaço urbano baseado em concepções de cidade que não estavam de acordo com as características locais, fossem as naturais ou os já existentes núcleos urbanizados. De uma forma explícita, considerava-se o espaço um mero substrato para as ações de governantes e técnicos(as) de planejamento urbano, que tinham por intuito transformar não só as “formas espaciais”, mas as relações sociais e culturais de toda essa região da cidade, por meio da imposição de “vocações” definidas por modelos externos ao lugar e utilizando, nesse processo, o zoneamento como um instrumento de elitização e segregação urbana.

A fragmentação do plano novamente vem à tona por meio do Ipuf, que propõe 14 Unidades Espaciais de Planejamento (UEP), alegando que era necessário “dividir para governar” (Tirelli; Burgos; Barbosa, 2007). Frente a essa atualização da estratégia de aprovação do plano, articulam-se as diversas entidades locais já existentes, fundando o Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV), quais sejam: a Associação de Moradores do Campeche, a Associação de Surfe do Campeche, o Movimento Campeche a Limpo e a Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente do Morro das Pedras, balneário vizinho ao Campeche. Entidades com fins diversos, mas que, nesse ponto, tinham um objetivo em comum.

Para debater o plano do Ipuf, o MCQV organiza, em 1997, o I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche, no qual não só se analisa, mas se rejeita, em sua totalidade, a proposta do governo municipal, além de construírem-se alternativas para o desenvolvimento econômico e o planejamento urbano da região. Como resultado das discussões desse Seminário – e contendo as demandas da população local envolvida nos debates –, elabora-se o *Dossiê Campeche*, que é entregue aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais responsáveis pelas questões ambientais e de planejamento urbano (Souza; Barbora; Burgos, 2003). Com isso, nesse mesmo ano, o Movimento consegue retirar o projeto de lei referente ao plano do Ipuf da Câmara de Vereadores, adiando assim essa decisão.

Também em 1997 é criado o Jornal *Fala Campeche* e, em 1998, a Associação Rádio Comunitária do Campeche, instrumentos de organização e mobilização locais. Houve também uma série de manifestações públicas contrárias ao plano que estava sendo imposto pelos órgãos municipais. Pertinente atentarmos acerca da criação do jornal e da rádio, respectivamente, os quais fraturam um modelo de escuta calcado na previsibilidade da mídia rádio ao produzirem “outra relação de escuta, uma forma de *feedback* e de fazer falar algumas línguas menores”, e nessa esteira, “não se trata de fazer como a rádio dominante, nem melhor, nem na mesma direção, que a rádio dominante” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 12). Guattari e Rolnik (2013) exemplificam isso a partir de sua experiência com a rádio Tomate, para a qual levava um grupo inteiro de teatro para conversar, se necessário, por duas horas ou mais com o grupo todo:

Não se pode imaginar uma rádio em moldes comerciais, que suporte isso [...], porque ela depende de um índice de audiência, de uma certa suposição de como os ouvintes vão receber a mensagem. Nas rádios oficiais, as pessoas falam como acham que devem falar para serem ouvidas. Isso não acontece nas rádios livres. Não é raro, aliás, ouvir alguns locutores estatais comentarem espantados: ‘eu falei de um jeito na rádio Tomate como eu nunca havia falado antes!’ (Guattari; Rolnik, 2013, p. 123-124).

A partir da organização local e da conquista inicial, são realizadas oficinas e trabalhos com moradores(as), buscando reuni-los(las) e envolvê-los(las) em torno do debate sobre os rumos da região, com o intuito de construir um projeto coletivo. Com mais de 1.500 moradores(as) participando do movimento, compreende-se que “esse contingente deu consistência e apoio popular à proposta alternativa”, que considerava as leis ambientais, culturais e turísticas, bem como a legislação referente ao uso do solo (Souza; Barbosa; Burgos, 2003, p. 154).

Segundo a moradora Elaine Tavares (informação verbal), a participação da população local era massiva em grandes assembleias e oficinas que discutiam cada uma das temáticas abordadas no plano, como saneamento, lixo, questões viárias, ambientais, entre outras. Para Tavares: “foi se constituindo no Campeche essa relação bairro-cidade que eu acho muito bonita e que vai pelo caminho afora até agora, na votação do Plano Diretor. O tempo todo a gente discutindo a nossa especificidade, mas sempre articulado com a ideia de cidade”.

Apesar de toda essa mobilização, devido à negligência das autoridades responsáveis em considerar as demandas do Movimento, bem como à desconsideração de todos os pareceres técnicos enviados pelo MCQV alegando descumprimentos da legislação ambiental por parte do Ipuf, e frente ao andar do plano da Prefeitura, prestes a ser aprovado pela Câmara Municipal, em 1999, o Movimento partiu para a elaboração de um plano próprio, o *Plano Comunitário para a Planície do Campeche: proposta para um desenvolvimento sustentável* (Movimento [...], 2000). Esse plano foi levado à Câmara Municipal em março de 2000, na forma de projeto substitutivo global ao plano do Ipuf.

A proposta do Plano Comunitário estava focada em alternativas para as relações sociais e econômicas, entre urbanização e áreas naturais e entre moradores(as), visitantes e turistas, pois buscava “[...] construir um espaço de trabalho local articulado à perspectiva de qualificação de mão de obra e à oferta de serviços especializados” com base nas potencialidades já existentes e visando atender às demandas locais de formação e emprego (Souza; Barbosa; Burgos, 2003, p. 158). O Movimento, portanto, não negava a prática do planejamento urbano, muito menos seus instrumentos de controle do espaço, mas buscava promover um planejamento crítico que, como defende Souza (2002, p. 37), “[...] não pode simplesmente ignorar os ‘saberes locais’ e os ‘mundos da vida’ (*Lebenswelten*) dos homens e mulheres concretos, como se as aspirações e necessidades destes devessem ser definidas por outros que não eles mesmos”.

O que se propunha era uma lógica urbana, ambiental, econômica e socialmente diferente. É também uma forma distinta de fazer política no sentido de “reativar nossa imaginação política, teórica, afetiva, corporal, territorial e existencial” (Pelbart, 2015, p. 14). Isso significa resistir à lógica hegemônica e institucionalizada que vem sendo sedimentada ao longo dos últimos 50 anos nessa cidade. Esses movimentos de resistência, como expõe Foucault (2013) e como observamos para o caso em análise, não estão descolados das relações de poder, mas presentes em toda sua rede, sendo que não necessariamente representam grandes rupturas mas, por serem pontos móveis e transitórios, mais comumente, “[...] introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recordando-os e os remodelando [...]” (Foucault, 2013, p. 107).

Nesse sentido, apesar de o *Plano Comunitário* não ter sido aprovado, visto que destoava muito dos interesses do poder da elite local, o do Ipuf tampouco o foi. Essa não aprovação do plano do Ipuf deveu-se à mobilização que se ampliou por meio de oficinas, reuniões, distribuição de jornais, eventos culturais, entre outras formas de difundir informações e “despertar o amor pelo lugar” (Souza; Barbosa; Burgos, 2003, p. 154).

Anos depois, em 2006, é criado o *Conselho Popular da Planície do Campeche*, mais um instrumento dessa disputa pelos rumos daquele espaço, com o intuito de reunir forças para retirar, mais uma vez, o plano da Prefeitura da pauta de votação da Câmara dos Vereadores. O

que foi, enfim, conseguido. No ano seguinte, com a realização do II Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche, continuaram os debates a respeito da construção de um projeto de cidade no qual se privilegiava a participação da população.

Segundo Tavares (2011),

[...] a vocação da comunidade, discutida e decidida nas dezenas de reuniões ao longo dos anos, foi reafirmada com todas as letras: o Campeche quer continuar sendo um bairro residencial de caráter urbano-rural, garantindo a continuidade das pequenas chácaras, com o desenvolvimento de um turismo comunitário e não predador, como o já registrado em lugares no norte da ilha. [...] A vocação do Campeche está voltada para as pessoas e não para agentes especulativos, e disso ninguém abre mão!

Consideramos que, ao questionar a “vocação” do lugar definida pelo Ipuf e pela PMF, os(as) moradores(as) do Campeche envolvidos no MCQV expressam que tanto a paisagem como seus usos são construções históricas que não podem ser designadas por modelos exógenos ou por “técnicos(as)” de planejamento urbano. Esse movimento representou uma tentativa daquilo que Souza (2002) defende: planejamento e gestão urbanos não são práticas restritas ao Estado, mas podem e devem ser reivindicadas por organizações da sociedade civil, *sem, apesar* ou até *contra* as ideias do Estado.

É notável a recorrência do uso das expressões *comunidade* e/ou *comunitário* nos documentos, nos veículos de comunicação, nos relatos de atores e atorras que participaram desses movimentos contestatórios. A ideia de agenciar os desejos dos(as) moradores(as) do Campeche, explica o uso da *comunidade* nessa construção discursiva. Agenciamento que se deu ao longo de muitas oficinas e reuniões, como relatam Tavares (informação verbal) e Souza, Barbosa e Burgos (2003). Foi nessa construção discursiva, afetiva, corporal, territorial e existencial que pessoas e grupos de pessoas assumiram o estatuto da “comunidade do Campeche”. Instaurou-se, ali, um vínculo que identificou o lugar com a comunidade, o que deu forças para defender os interesses “do” Campeche como um todo.

Os discursos e os agenciamentos aí são significados em prol da relação comunitária com o lugar, em prol de uma forma distinta da que se vinha buscando instituir na cidade que se deu por meio da construção de desejos e da produção de subjetividades que se colocam como problematizações/tensionamentos do poder hegemônico e de sua micropolítica.

Como aponta Massey (2000), essa identificação da comunidade com o lugar é uma noção idealizada, tanto que precisa ser constantemente reproduzida, reafirmada, reestabelecida, já que essa homogeneidade do Campeche é também uma construção simbólico-material, uma invenção de um lugar, pois os espaços nunca estão fechados, mas sempre abertos às reconfigurações e sempre atravessados por diferentes discursos, diferentes desejos e também habitados por novos(as) moradores(as) que não têm relação alguma com as significações passadas.

Para a geógrafa, essa identificação do lugar com a comunidade é problemática, pois:

Por um lado, as comunidades podem existir sem estar no mesmo lugar – de redes de amigos com interesses comuns a grandes religiões e comunidades étnicas ou políticas. Por outro, os exemplos de lugares que acomodam “comunidades” singulares no sentido de grupos sociais coerentes são provavelmente – e eu sustenta-

ria, têm sido há muito tempo – bastante raros. Além disso, mesmo onde existem, isso não implica um único sentido do lugar, pois as pessoas ocupam diferentes posições no interior de qualquer comunidade (Massey, 2000, p. 183).

Para o caso do Campeche, as relações entre turismo e paisagem urbana mostram como essa prática adquire diferentes significados quando partem de distintos grupos sociais. Evidencia-se, assim, que os interesses são diferentes e que não partem apenas de diagnósticos técnicos, mas que eles só têm sentido porque expressam diferentes interesses políticos, econômicos, sociais e culturais. É desse modo que o turismo aparece em ambos os planos, mas com diferentes *status*. Como nos advertem Deleuze e Guattari (2012, p. 104): “a questão é, portanto, que o molar e o molecular não se distinguem somente pelo tamanho, escala ou dimensão, mas pela natureza do sistema de referência considerado”, ou seja, “o molecular, a microeconomia, a micropolítica, não se define no que lhe concerne pela pequenez de seus elementos, mas pela natureza de sua ‘massa’ – o fluxo de *quanta*, por sua diferença em relação à linha de segmentos molar” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 105).

Nas duas propostas, o turismo é visto como um fator de desenvolvimento local, no entanto, o significado de “desenvolvimento” difere consideravelmente de um caso para outro. O desenvolvimento preconizado pelo plano do IpuF estava focado nos empreendimentos turístico-imobiliários e/ou nas cifras que os(as) turistas iriam trazer, desejos atrelados tanto à macro como à micropolítica, afinal, as estratégias micropolíticas empregadas por grandes corporações como os empreendimentos imobiliários – que estão, necessariamente, conectadas ao poder do Estado no contexto do capitalismo globalitário, em sua versão financeirizada⁸ – são muito mais sutis e invisíveis do que as estratégias macropolíticas. Não se planejavam espaços voltados para a prática turística, mas se apostava somente na própria praia, a exemplo do turismo de massa do norte da Ilha de Santa Catarina, como nos balneários de Canasvieiras e Jurerê Internacional. Tampouco se pensava na interação entre a população residente e os/as turistas, muito menos nas formas de desenvolver a economia local aproveitando esse esperado fluxo turístico. Como analisado por Oliveira (2003, p. 92), o plano do IpuF não apresenta equipamentos de uso turístico, a não ser “[...] grandes terminais turísticos para ônibus de excursão com bares e restaurantes para acolher os turistas”. Isto é, a construção de máquinas estatais que “controlam tudo, desde seus próprios agentes até as pessoas que ganham salário mínimo [...]. Os indivíduos são reduzidos a nada mais do que engrenagens concentradas sobre o valor de seus atos, valor que responde ao mercado capitalista e seus equivalentes gerais” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 48).

Por outro lado, o plano apresentado pelo MCQV previa um desenvolvimento socioespacial e não exclusivamente econômico, que considerava o turismo não como a “vocaçãõ” do lugar, nem a “salvaçãõ” da cidade, mas uma prática de resistênciã à serializaçãõ da subjetividade que poderia conviver com outras já existentes, sem ser prioritária ou conflitante. Para tal, propunham-se equipamentos que serviriam tanto aos(às) moradores(as) quanto aos(às) turistas, como o *Complexo Parque Orla do Campeche*, que seria composto por seis parques e ajudaria a preservar a vegetaçãõ nativa, entre restingas e manguezais, bem como as dunas e

⁸ De acordo com Rolnik (2016, [s.p.]), trata-se de “uma tomada de poder do Estado que não se vale da força militar, mas sim da força do desejo, a fim de torná-la reativa. Isto se faz por meio de uma tripla operaçãõ: midiática, judiciária e policial”.

o Morro do Lampião, áreas de proteção permanente. Esses parques pretendiam promover um turismo que incentivasse o respeito à biodiversidade (Souza; Barbosa; Burgos, 2003). Também se almejava implementar cursos profissionalizantes formar mão de obra local especializada, visando assegurar empregos permanentes no mercado turístico e fomentar o turismo anual – e não somente de temporada de verão, como costuma acontecer não só no Campeche, mas em toda a cidade (Souza; Barbosa; Burgos, 2003). Isso evidencia a tentativa de produzir as condições de uma vida coletiva e também da “encarnação na vida para si próprio, tanto no campo material quanto no campo subjetivo” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 55).

Segundo palavras de Tavares, o projeto apresentado pelo MCQV focava numa proposta de “turismo comunitário” que não dizia respeito somente ao balneário, mas que vinha sendo discutida em toda a cidade e que se contrapunha à lógica do turismo que se praticava em Florianópolis, que, segundo ela, tem seu foco na especulação e na destruição da paisagem natural e cultural. Tavares (informação verbal) ainda explica que, no Campeche, há:

[...] um chamariz turístico importante que é a questão da aviação, que era o aeroporto da *Aéropostale*, e o Pequeno Príncipe.⁹ Dentro disso está o nosso PACUCA [Parque Cultural do Campeche], que seja um espaço que possa ter teatro, todas essas coisas que junta a comunidade, mas que também seja espaço de turismo comunitário, que tenha um museu com coisas da *Aéropostale*, que faça essa ligação do avião e do pescador. E tudo isso sendo gerido pela comunidade, pelas pessoas dali. Não é aquela proposta de grandes hotéis de paisagem especulada.

Na compreensão de Tavares (informação verbal), o turismo em Florianópolis:

[...] não pode ser predador, ele tem que se organizar de tal maneira que as pessoas que vivem na comunidade possam gerir aquele turismo e não serem sufocadas por ele, não terem toda a sua vida destruída por ele. Hoje, em Florianópolis, é um pouco assim, a maioria dos [habitantes] locais está vendendo seus lugares e saindo da beira da praia, indo para as periferias, enquanto na beira da praia estão esses *resorts*, esses condomínios de luxo.

Nos excertos acima se evidencia um cruzamento de desejos, porque Tavares não questiona a suposta vocação do lugar para o turismo, tal como apresentado pela proposta do poder público municipal, mas sugere modificações para garantir a referida vocação, todavia atrelada a necessidades e desejos locais.

O que o MCQV propunha para o turismo e para o planejamento urbano local abria uma perspectiva de se repensar as escalas de análise, considerando que estas cumprem papel essencial no debate a respeito dos rumos da urbanização. Isso porque os modelos exógenos de empreendimentos turísticos – como grandes *resorts*, marinas ou parques temáticos que se difundem pelo planeta – e de urbanização – como os supracitados Milton Keynes e tecnópolis japonesas – representavam não só a exclusão da população local dos debates a respeito do seu futuro, mas também, e necessariamente, a exclusão da população daquele espaço.

⁹ Segundo o relato de antigos(as) moradores(as) do Campeche, o piloto e escritor francês Antoine de Saint-Exupéry, a serviço da *Société Latécoère*, haveria feito várias escalas dos voos entre Paris e Buenos Aires, para abastecimento, no campo de aviação situado no Campeche.

Considerações finais

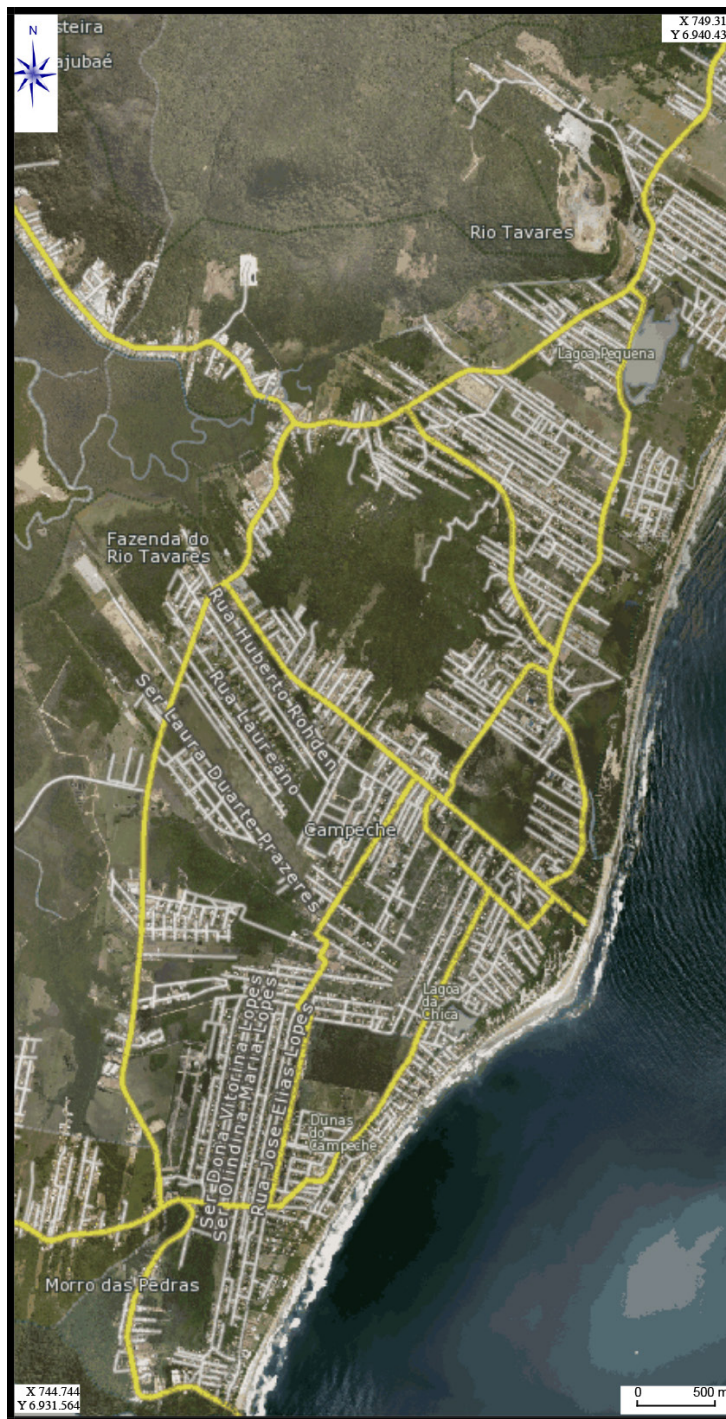
As propostas de atores do Campeche, organizadas em torno do MCQV e expressas no *Plano Comunitário para a Planície do Campeche* (Movimento [...], 2000), propõem resistências micropolíticas à narrativa hegemônica da cidade. Esse processo permitiu diferentes formas de se pensar a cidade e a relação com a construção da paisagem, reafirmando que os processos de planejamento e concretização são permeados pelas relações de poder, pelas articulações políticas – sejam em nível macro ou micro –, pelas diferentes narrativas e pelas práticas sociais que podem tanto legitimar matrizes discursivas hegemônicas e suas respectivas lógicas espaciais quanto buscar fragmentá-las ao propor formas que lhes são alternativas.

Essa diferença se expressa pela forma de construção do projeto urbano e econômico para a região, tanto no que diz respeito a suas propostas – concebidas de acordo com os problemas concretos de quem ali vivia e estava em busca de soluções – quanto pela forma com que foi conduzida, construída passo a passo e coletivamente em inúmeras reuniões, como relatam atores presentes nesse processo, afinal, “sabemos e sentimos os impedimentos que aparecem na construção de um processo grupal de um grupo, por exemplo, ‘inter/trans/entredisciplinar’” (Kazi, 2016, p. 130), como o MCQV, no entanto, “as forças, intensidades, fluxos, lutas, raspgens, insurgências, atualizações, produzem [...] as utopias ativas gestam novas vidas, mundo e humanidades” (Kazi, 2016, p. 127).

Apesar desse movimento de resistência micropolítica, a lógica do capital imobiliário vem se estabelecendo no Campeche por meio de condomínios de alto padrão e de grandes empreendimentos turístico-imobiliários. Pensando a resistência na esteira de Foucault (2013), como pontos móveis e transitórios, sem as marcas do discurso hegemônico, sem reproduzir as verdades que vinham sendo instituídas e concretizadas para a cidade há anos, os focos de resistência gestados pelos movimentos sociais no Campeche também expõem seus limites e como esse jogo de forças é desigual. A força dos acordos político-econômicos, dos meios de comunicação e da legislação naturaliza formas de ver e de dizer Florianópolis, limitando, em muito, narrativas e práticas que propunham alternativas ao discurso hegemônico que pensa e materializa uma cidade homogênea e para poucos.

A resistência, como a entendemos no processo do Campeche, fala da emergência de uma tensão entre projetos de urbanização, de cidade e de vida, portanto, de uma “resistência no âmbito micropolítico”, forjada “pelas irrupções de afetos que nos chegam pelo saber-do-corpo e que nos forçam a reinventar a realidade – o que não tem nada a ver com ‘A’ Revolução, com R maiúsculo, total e absoluta” (Rolnik, 2016, p. 5). Nesse sentido, “a palavra ‘resistência’ [...] ainda pode nos servir para qualificar a força das ações de desmontagem do intolerável, já que por ora não dispomos de uma palavra que tenha mais sintonia com o tipo de ativismo que vem sendo praticado” (Rolnik, 2016, p. 6). Parte desse processo pode ser vislumbrada por meio da Figura 2, especialmente se comparada à Figura 1, de 1994: esse traçado peculiar resistiu aos ideais megalomaniacos (e às modernas linhas retas) explicitados pelas palavras *desenvolvimento*, *crescimento* e *modernização*, presentes nos modelos de paisagem para o Campeche desde os fins da década de 1960.

Figura 2 – Foto aérea do Campeche, 2012



fonte: Geoprocessamento Corporativo da PMF.

Referências

ARAÚJO, G. Ficção e experiência, ou Foucault reconta a história. **AISTHE**, v. 5, n. 8, p. 58-72, dez. 2011. Disponível em: <http://www.aisthe.ifcs.ufrj.br/vol%20V/Araujo.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2017.

COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012. v. 3 (Coleção Trans.)
- FERREIRA NETO, J. L. Micropolítica em *Mil Platôs*: uma leitura. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 397-406, dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/109972>. Acesso em: 6 ago. 2016.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.
- _____. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- _____. Brasil/Santa Catarina/Florianópolis, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarina|florianopolis|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>. Acesso em: 31 ago. 2015.
- IPUF. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Plano de Desenvolvimento Entremares**: diagnóstico. Florianópolis: IpuF, 1996.
- KAZI, G. E. Micropolíticas revolucionárias e insurgências macropolíticas: devir imanência/ser dialética. In: HUR, D.; LACERDA JÚNIOR, F. **Psicologia política crítica**. Campinas: Alínea, 2016. p. 121-136.
- LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. Tradução de Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Ed. Sesc São Paulo/N-1 edições, 2014.
- LENZI, M. H. **A invenção de Florianópolis como cidade turística**: discursos, paisagens e relações de poder. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papius, 2000. p. 176-185.
- MIRANDA, L. L. Subjetividade: a (des)construção de um conceito. In: SOUZA, S. J. (Org.). **Subjetividade em questão**: a infância como crítica da cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005. p. 29-46.

- MOVIMENTO CAMPECHE QUALIDADE DE VIDA. **Diagnóstico do plano comunitário da planície do Campeche:** proposta para um Desenvolvimento Sustentável. Florianópolis, 2000. Mimeo.
- OLIVEIRA, M. C. **Representações sociais do turismo na praia do Campeche – Ilha de Santa Catarina:** por uma abordagem interdisciplinar. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- PELBART, P. P. O terrorismo poético: entrevista. **Revista Cult**, São Paulo, jun. 2015. Entrevista concedida a Heitor Ferraz, p. 10-15. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/06/o-terrorismo-poetico-2/>. Acesso em: 13 ago. 2015.
- RIZZO, P. **O planejamento urbano no contexto da globalização:** caso do Plano Diretor do Campeche em Florianópolis-SC. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- _____. A natimorta Tecnópolis do Campeche em Florianópolis: delírio de tecnocratas, pesadelo dos moradores. In: PIMENTA, M. C. A. (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Edufsc, 2005. p. 61-84.
- ROLNIK, S. A hora da micropolítica: entrevista. **Goethe Institut**, São Paulo, 7 jun. 2016. Entrevista concedida a autora Fernández Polanco e Antonio Pradel. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/sup/fok/rul/20790860.html>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.
- SARTRE, J.-P. **O que é subjetividade?** Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- SOARES, L. B.; MIRANDA, L. L. Produzir subjetividades: o que significa?. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 408-424, 2009. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a10.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- SOUZA, J. T.; BARBOSA, T. C.; BURGOS, R. Uma experiência de planejamento urbano comunitário: o caso da planície do Campeche, Florianópolis-SC, Brasil. **Katálysis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 153-162, jul./dez. 2003.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TAVARES, E. **Campeche se mantém unido e mobilizado pelo Plano Diretor**. [s.n.] Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://eteia.blogspot.com.br/2011/05/campeche-se-mantem-unido-emobilizado.html>. Acesso em: 31 ago. 2015.

TIRELLI, J.; BURGOS, R.; BARBOSA, T. (Org.). **O campo de peixes e os senhores do asfalto**: memória das lutas do Campeche. Florianópolis: Cidade Futura, 2007.

VAINER, C. Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-119.